



## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A ÓTICA DOS DOCENTES**

## **CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF INCLUSIVE EDUCATION FROM THE TEACHERS' PERSPECTIVE**

## **RETOS Y PERSPECTIVAS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA DESDE LA PERSPECTIVA DEL PROFESORADO**



10.56238/edimpacto2025.092-011

**Paulo Jonas dos Santos Junior**

Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade  
Instituição: Universidade Candido Mendes (UCAM)

**Filipe Zaniratti Damica**

Doutor em Biociências e Biotecnologia  
Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
E-mail: filipezanirattiveloso@gmail.com

**Matheus Alves Brito de Almeida**

Mestre em Ciencias da Educação  
Instituição: Florida University  
E-mail: matheustga\_almeida@hotmail.com

**Gabriely Zaniratti Damica**

Mestre em Políticas Sociais  
Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
E-mail: mdesouzabatista@gmail.com

**Pedro Henrique Caetano Figueira**

Mestranda em Biociências e Biotecnologia  
Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
E-mail: gaby.zaniratti@gmail.com

**Sabrina Paradizo Gomes**

Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico  
Instituição: Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)  
E-mail: sabrinaparadizo@gmail.com

**Leomar Zaniratti Damica**

Licenciando em Educação Física  
Instituição: Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)  
E-mail: lzanziratti12@gmail.com

## RESUMO

Esta pesquisa investigou a percepção de professores de Educação Física sobre a importância e os desafios da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas escolares. O estudo evidenciou que a maioria dos docentes possui pouca experiência profissional e formação restrita à graduação, refletindo fragilidades na preparação para práticas inclusivas. Apesar de quase metade dos professores já ter trabalhado com alunos com deficiência, a maioria não possui formação específica ou continuada na área. Essa discrepância aponta para a necessidade de políticas públicas que promovam capacitação permanente, suporte pedagógico e condições adequadas para o trabalho docente. Conclui-se que a efetivação da Educação Física inclusiva depende de formação sólida, compromisso institucional e valorização da diversidade como princípio educativo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Formação Docente. Prática Pedagógica.

## ABSTRACT

This study investigated Physical Education teachers' perceptions of the importance and challenges of including students with special educational needs in school classes. Findings showed that most teachers have limited professional experience and only undergraduate training, revealing weaknesses in preparation for inclusive practices. Although nearly half of them have worked with students with disabilities, most lack specific or continuing education in the area. This gap highlights the need for public policies that promote continuous training, pedagogical support, and adequate working conditions. It concludes that the effectiveness of inclusive Physical Education depends on solid teacher education, institutional commitment, and the appreciation of diversity as an educational principle.

**Keywords:** Inclusive Education. Special Needs. Pedagogical Practice.

## RESUMEN

Esta investigación analizó la percepción del profesorado de Educación Física sobre la importancia y los retos de la inclusión del alumnado con necesidades educativas especiales en las aulas. El estudio reveló que la mayoría del profesorado cuenta con escasa experiencia profesional y una formación limitada a la licenciatura, lo que evidencia deficiencias en su preparación para prácticas inclusivas. Si bien casi la mitad del profesorado ha trabajado con estudiantes con discapacidad, la mayoría carece de formación específica o continua en esta área. Esta discrepancia pone de manifiesto la necesidad de políticas públicas que promuevan la formación continua, el apoyo pedagógico y condiciones adecuadas para la labor docente. Se concluye que la implementación efectiva de la Educación Física inclusiva depende de una sólida formación, el compromiso institucional y la valoración de la diversidad como principio educativo.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva. Formación Docente. Práctica Pedagógica.



## 1 INTRODUÇÃO

O estudo tendo como título A Percepção Docente e os Desafios da Educação Física Inclusiva no Contexto Escolar, aborda o tema da Educação Inclusiva para deficientes nas aulas de Educação Física.

O problema que move a pesquisa volta-se para qual a percepção do professor, diante da importância das aulas de educação física inclusiva para portadores de necessidades especiais nas escolas, considerando seu importante papel junto a esses alunos no ambiente escolar.

Neste sentido, estudos de Ferreira (2018) confirmam que uma escola inclusiva parte da filosofia de que todas as crianças podem aprender juntas, fazendo parte da vida escolar e comunitária. Ressalta que a diversidade é valorizada, visto fortalecer a turma, oferecendo a todos mais possibilidades para a aprendizagem. Acrescenta ainda que, no modelo “puro” de Educação Inclusiva todos os educandos estão inseridos nas classes regulares, recebendo oportunidades educacionais apropriadas que, embora desafiadoras, devem ser adaptadas conforme as habilidades e necessidades de cada um.

Na visão de Souza (2011) a Educação Física pode ser uma forte aliada na educação inclusiva, considerando que é uma disciplina socializadora, que prioritariamente trabalha com o movimento corporal, a melhoria da autoestima e da confiança dos indivíduos em seu corpo, contribuindo assim, na superação dos limites da pessoa portadora de necessidades especiais.

Sendo assim, no primeiro capítulo, se apresenta uma breve revisão da literatura sobre alguns dos antecedentes internacionais e nacionais sobre a Educação Inclusiva, visando apresentar uma visão geral de como se manifesta a percepção do professor, enquanto educador físico no ambiente escolar em relação à inclusão dos alunos.

A presente dissertação partiu da experiência do autor como professor de Educação Física, estando em contato com alunos de inclusão e então, questionando-me como as escolas públicas podem atuar diante dessa situação e em um caráter progressivo nas atuais condições nas quais se encontram, visto que na maioria das vezes não recebemos formação caracterizada para atuar nesse processo de inclusão.

No documento “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência”, pessoas “deficientes” referem-se a “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, 1975).

Foi na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na cidade de Salamanca, Espanha, que a inclusão ganhou mais espaço, trazendo marcos importantes sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. O principal objetivo da declaração é formular diretrizes básicas para a reforma de políticas e sistemas educacionais, tendo como eixo a ideia de que a inclusão de pessoas



com necessidades especiais nas escolas regulares, é uma das formas de combater a discriminação e a exclusão, pois assim todos teriam a mesma oportunidade independente de suas dificuldades.

A Declaração de Salamanca (1994) traz em seu texto em relação a educação inclusiva que:

[...] O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando tanto estilos e ritmos de aprendizagem, e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

A partir da Declaração de Salamanca, muitas leis e decretos foram criados com intuito de fortalecer a Política da Inclusão, e logo, transformar a realidade desses sujeitos até então esquecidos pela sociedade, ou normalmente excluídos em escolas especiais, sendo impedidos em muitos momentos de participarem ativamente da vida em sociedade.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação é um direito de todos, sendo direito a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, dessa forma, compreende-se que os alunos portadores de necessidades especiais possuem os mesmos direitos que os demais, podendo assim frequentar o ensino regular e não mais a educação especial (BRASIL, 1988).

Mittler (2003) afirma que a inclusão no campo da educação envolve um processo de reforma, e reestruturação das escolas como um todo, tendo como principal objetivo assegurar que todos os alunos tenham acesso às gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas na escola.

Nesse sentido, a educação inclusiva vai além de incluir o portador de necessidades especiais na escola, é preciso criar novas pedagogias de ensino, é preciso criar ambientes inclusivos, é preciso mudar mentalidades e construir novas formas de ver o mundo, compreendendo as habilidades desse novo público e não se atendo apenas as deficiências.

A Educação Física pode oferecer um apoio fundamental para que as alterações e superações ocorram na inclusão escolar. É necessário para isso, que a disciplina seja oferecida como uma educação física adaptada e que os profissionais sejam capacitados para o atendimento de todos, sem exclusão. A inclusão pode ser considerada como um motivo que induzirá ao aprimoramento da capacitação profissional de professores, “constituindo uma ferramenta para que a escola se modernize em prol de uma sociedade sem espaço para preconceitos, discriminações ou barreiras sociais” (LIMA; DUARTE, 2001).

Então, como Profissional de Educação Física que sou, creio que esse trabalho irá corroborar para que a disciplina, como um dos componentes curriculares da educação básica não fique indiferente ou neutra diante ao movimento da educação inclusiva. A Educação Física como parte integrante do currículo ofertado pela escola, constitui em um dos componentes do processo da inclusão



escolar e social. Por conseguinte, sabe-se que há necessidade de que os cursos de educação superior, que formam o licenciado em Educação Física, desenvolvam competências para esse fim.

A pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico voltado à legislação vigente sobre educação inclusiva, complementado por uma busca sistemática de produções científicas relacionadas à temática em bases reconhecidas, como Google Scholar e SciELO. Essa etapa permitiu construir o embasamento teórico da revisão de literatura, articulando autores que discutem a inclusão escolar sob diferentes perspectivas.

Optou-se por uma abordagem quantitativa, conforme delineado por Richardson (2017), por possibilitar a mensuração e análise estatística dos dados coletados, garantindo maior precisão interpretativa. Entretanto, a pesquisa incorporou também elementos qualitativos, de modo a captar dimensões subjetivas e interpretativas da realidade investigada, conforme assinala Minayo (2009).

Do ponto de vista técnico, o estudo adotou o método de levantamento, caracterizado pela obtenção de informações diretas junto aos participantes — neste caso, professores de Educação Física — a fim de identificar percepções e práticas relacionadas à inclusão educacional (Gil, 2008). O universo da pesquisa foi composto por docentes atuantes na educação básica (ensino fundamental e médio), em escolas públicas e privadas, situadas em municípios do sul do Espírito Santo, abrangendo zonas rurais e urbanas.

A coleta de dados ocorreu entre abril e junho de 2019, mediante a aplicação de questionários semiestruturados contendo doze questões abertas e fechadas. Este instrumento buscou compreender a percepção dos professores quanto ao seu papel na promoção da inclusão, os desafios enfrentados na prática pedagógica e a adequação de sua formação profissional. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

Os dados obtidos foram tratados e analisados segundo a proposta metodológica de análise de conteúdo (Richardson, 2017), desenvolvida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As respostas foram processadas com auxílio dos softwares Microsoft Word e Excel (versão 2019), permitindo a tabulação dos resultados e a elaboração de tabelas e gráficos para a interpretação quantitativa, enquanto as questões abertas foram agrupadas e categorizadas por similaridade semântica.

A pesquisa revelou aspectos significativos sobre a percepção e a atuação de professores de Educação Física frente ao desafio da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar. O primeiro ponto a destacar diz respeito à experiência profissional dos docentes. Observou-se que 81% dos participantes possuem entre 3 e 8 anos de atuação, indicando um corpo docente relativamente jovem e em fase de consolidação de práticas pedagógicas. Esse dado sugere uma possível lacuna entre a formação inicial e a vivência prática, o que pode impactar diretamente na



condução de aulas que demandam adaptações metodológicas voltadas à inclusão.

No que tange à formação acadêmica, verificou-se que quase metade dos professores (48%) possuem apenas graduação, 38% possuem pós-graduação lato sensu e apenas 10% cursaram mestrado, não havendo registro de docentes com doutorado. Tal panorama reforça a necessidade de maior investimento em formação continuada e aperfeiçoamento profissional, sobretudo no que se refere à Educação Física Adaptada, campo que exige conhecimentos específicos sobre as diferentes deficiências e suas implicações nas práticas corporais.

A análise sobre a atuação em Educação Física Adaptada demonstrou que apenas 29% dos professores declararam já ter exercido essa função, enquanto 71% nunca atuaram nessa perspectiva. Essa disparidade evidencia que a inclusão ainda é um desafio estrutural, não apenas em termos de infraestrutura escolar, mas principalmente de capacitação docente. Contudo, ao observar os dados sobre o trabalho direto com alunos com necessidades especiais, nota-se que 43% dos professores já vivenciaram essa realidade. A divergência entre esses dois indicadores é reveladora: mesmo sem formação específica em Educação Física Adaptada, quase metade dos docentes já recebeu alunos com deficiência em suas aulas, o que indica uma prática inclusiva improvisada e não sistematizada.

Essa realidade é reforçada pelo fato de que a maioria dos participantes não possui formação continuada na área de Educação Inclusiva. A ausência dessa qualificação, aliada à presença de alunos com necessidades especiais nas turmas regulares, expõe a contradição entre o discurso legal da inclusão e a condição real de preparo docente. Conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96, art. 59, inciso III), cabe ao Estado garantir meios para que os profissionais da educação recebam formação adequada que lhes permita atuar com alunos público-alvo da educação especial.

Os resultados, portanto, indicam uma fragilidade institucional e formativa: os professores estão sendo demandados a desenvolver práticas inclusivas sem o devido suporte técnico e pedagógico. Essa lacuna formativa compromete não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também o direito dos alunos com deficiência de participarem de atividades corporais de forma segura e significativa.

Assim, torna-se evidente que o avanço da educação inclusiva no campo da Educação Física depende não apenas de iniciativas individuais, mas de políticas públicas estruturadas que promovam programas de capacitação, cursos de atualização e formação continuada. É imprescindível que o Estado e as redes de ensino assumam um papel ativo na qualificação dos docentes, assegurando que a inclusão se concretize não apenas como princípio legal, mas como prática pedagógica cotidiana, sustentada por conhecimento técnico, sensibilidade social e compromisso ético.



## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender de forma mais aprofundada a percepção dos professores de Educação Física em relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar. Os resultados evidenciam que, embora exista um discurso consolidado sobre a importância da educação inclusiva, sua efetivação nas aulas de Educação Física ainda enfrenta barreiras estruturais, formativas e atitudinais.

Constatou-se que a maioria dos docentes participantes possui pouco tempo de atuação e formação restrita à graduação, o que reflete uma limitação na experiência e no acesso a processos contínuos de capacitação. Além disso, um número reduzido de professores já atuou formalmente na área de Educação Física Adaptada, mesmo que uma parcela expressiva tenha trabalhado com alunos com deficiência. Tal contradição revela que a inclusão, na prática, tem ocorrido de modo espontâneo e não planejado, sem respaldo técnico suficiente para garantir qualidade pedagógica e segurança aos educandos.

Ficou evidente, portanto, a necessidade urgente de políticas de formação continuada voltadas à Educação Física Inclusiva, de modo que os profissionais da área possam desenvolver competências para atuar de forma segura, sensível e eficaz junto aos alunos com diferentes tipos de deficiência. A ausência dessa formação compromete não apenas a prática pedagógica, mas também o cumprimento do direito fundamental à educação de qualidade para todos.

Conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), cabe ao Estado e às instituições de ensino fomentar a qualificação permanente dos docentes, criando condições para que a inclusão ocorra de forma plena. Nesse sentido, é indispensável o incentivo à oferta de cursos, programas de atualização e espaços de reflexão coletiva, que possibilitem ao professor ampliar seus conhecimentos sobre acessibilidade, adaptação curricular e estratégias pedagógicas inclusivas.

Em síntese, a pesquisa reafirma que a educação inclusiva na Educação Física é um campo em construção, que demanda compromisso político, investimento institucional e engajamento docente. Somente por meio da articulação entre teoria, prática e formação continuada será possível consolidar uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar as diferenças como parte essencial do processo educativo.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília-DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 175º da Independência e 108º da República. Brasília: 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. Salamanca-Espanha: 1994.

FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-aescola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo. Atlas. 2008.

LIMA, S. M. T; DUARTE, É. Educação Física e a escola inclusiva. In.: SOBAMA. Temas em educação física adaptada. Curitiba: UFPR, 2001.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_ (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro.** 1º. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro-RJ: Estação Brasil, 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SOUZA, D. V de. As contribuições da Educação Física para o processo de inclusão no ensino regular. 2011. 42f. Monografia (de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília – UnB. Instituto de Psicologia – IP. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS. Brasília: UAB/UnB, 2011STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: ArtMed, 1999.